**"Analfabetismo no Brasil"**

No filme “Central do Brasil”, um dos clássicos brasileiros, passa-se a história da Dora, uma amargurada ex-professora que ganha dinheiro escrevendo cartas para analfabetos na central do Rio de Janeiro com a falsa promessa de enviá-las aos seus familiares. De maneira análoga, o longa retrata a realidade de muitos brasileiros os quais se encontram em total vulnerabilidade por não saberem ler e escrever, o que se configura como um grande desafio no Brasil. Diante disso, é lícito destacar o peso que a desigualdade socioeconômica e o preconceito possuem sobre o analfabetismo no País.

Sob essa perspectiva, convém enfatizar o impacto da disparidade social na permanência de crianças e jovens em instituições de ensino. Nesse sentido, de acordo com o Índice de Gini, medida que classifica o grau de desigualdade em um país, o Brasil está entre as 10 nações mais desiguais do mundo. Nessa lógica, essa cruel disparidade força os estudantes de famílias carentes à evasão escolar, para que contribuam com a renda do lar cada vez mais cedo. Dessa forma, parcela da sociedade brasileira, devido a sua condição social, é impedida de ter acesso à educação, o que resulta em uma formação de ensino incompleta, fato que, consequentemente, agrava o entrave social.

Outrossim, é imperativo destacar a falta de empatia como um dos fatores que validam a persistência da problemática. Segundo Mário Sérgio Cortella, grande filósofo contemporâneo, a nação brasileira é tão preconceituosa que usa o termo “analfabeto” como ofensa. Isso, que é um crime social, é indicado cruelmente ao próximo de modo a ser responsabilidade exclusiva dele. Desse modo, enquanto parcela da população – que é privilegiada – for tão preconceituosa ao ponto de insultar o outro de tal maneira, mais adultos, que têm oportunidade de voltar a estudar, irão hesitar por tamanha rejeição.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de ações interventivas para minimizar o analfabetismo em todo território nacional. Para tanto, o Governo deve investir em regiões menos favorecidas economicamente, para proporcionar condições igualitárias de aprendizagem. Ademais, compete ao Ministério da Educação - órgão responsável pelas políticas nacionais educativas - por meio de amplo debate entre famílias, Estado e professores, introduzir novos métodos eficazes de ensino, com o fito de transformar a educação brasileira, diminuir o preconceito e, consequentemente, o analfabetismo no País. Feito isso, o Brasil poderá, gradativamente, mudar o quadro exposto pelo índice de Gini.